

Direitos sexuais e reprodutivos para mulheres na atenção primária à saúde*Sexual and reproductive rights for women in primary health care**Derechos sexuales y reproductivos de las mujeres en la atención primaria de salud***Leila Tomazinho de Lacerda Dumarde^{1*}**

ORCID: 0000-0002-3344-5298

Andressa Fabiana Pereira Gomes¹

ORCID: 0009-0009-3157-3657

Carlos Leonardo Sardinha Dumarde¹

ORCID: 0000-0003-0604-7515

Lívia Rodrigues dos Santos¹

ORCID: 0009-0008-9313-3481

Manuelli Pinto da Costa¹

ORCID: 0009-0003-5897-780X

¹Universidade Veiga de Almeida.
Rio de Janeiro, Brasil.**Como citar este artigo:**

Dumarde LTL, Gomes AFP, Dumarde CLS, Santos LR, Costa MP. Direitos sexuais e reprodutivos para mulheres na atenção primária à saúde. Glob Acad Nurs. 2026;7(Sup.1):e574. <https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200574>

***Autor correspondente:**leilatomazinho@gmail.com**Submissão:** 20-05-2026**Aprovação:** 16-06-2026**Resumo**

Objetivou-se descrever a importância da educação sexual e dos direitos reprodutivos das mulheres em idade reprodutiva na atenção básica. Tratou-se de uma revisão integrativa, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizada por meio de buscas nas bases LILACS, SciELO, BVS e MEDLINE, utilizando os descritores: "Direitos Sexuais e Reprodutivos", "Saúde Reprodutiva", "Mulheres", "Enfermeiro" e "Atenção Primária à Saúde". Os critérios de inclusão contemplaram artigos publicados entre 2020 e 2025, com texto completo disponível e escritos em português, inglês ou espanhol, que abordassem direitos sexuais e reprodutivos ou educação sexual. Os critérios de exclusão englobaram estudos fora do recorte temporal, incompletos ou que não abordassem diretamente a temática. Após a triagem, nove artigos atenderam aos critérios e foram analisados, permitindo a organização dos achados em três categorias temáticas: Dificuldades de acesso das mulheres ao serviço básico de saúde reprodutiva; A importância da capacitação do enfermeiro; e O papel do enfermeiro no acompanhamento do planejamento reprodutivo da mulher. Conclui-se que a educação sexual desempenha papel indispensável para o fortalecimento da autonomia feminina e para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente na Atenção Básica, onde o enfermeiro atua como agente protagonista.

Descritores: Direitos Sexuais e Reprodutivos; Saúde Reprodutiva; Saúde da Mulher; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde.

Abstract

This study aimed to describe the importance of sex education and reproductive rights for women of reproductive age within primary health care. It was a descriptive, qualitative, integrative review conducted through searches of the LILACS, SciELO, BVS, and MEDLINE databases, using the following descriptors: "Sexual and Reproductive Rights," "Reproductive Health," "Women," "Nurse," and "Primary Health Care." Inclusion criteria covered articles published between 2020 and 2025, available in full text and written in Portuguese, English, or Spanish, that addressed sexual and reproductive rights or sex education. Exclusion criteria encompassed studies outside the specified timeframe, incomplete studies, or those that did not directly address the topic. After screening, nine articles met the criteria and were analyzed, allowing the findings to be organized into three thematic categories: barriers to women's access to basic reproductive health services; the importance of nurse training; and the nurse's role in supporting women's reproductive planning. The study concludes that sex education plays an indispensable role in strengthening female autonomy and realizing sexual and reproductive rights, particularly in primary health care, where nurses act as a leading agent.

Descriptors: Sexual and Reproductive Rights; Reproductive Health; Women's Health; Nursing; Primary Health Care.

Resumen

El objetivo fue describir la importancia de la educación sexual y los derechos reproductivos para las mujeres en edad reproductiva en atención primaria. Esta fue una revisión integradora, de naturaleza descriptiva y con un enfoque cualitativo, llevada a cabo a través de búsquedas en las bases de datos LILACS, SciELO, BVS y MEDLINE, utilizando los descriptores: "Derechos sexuales y reproductivos", "Salud reproductiva", "Mujeres", "Enfermera" y "Atención primaria de salud". Los criterios de inclusión comprendieron artículos publicados entre 2020 y 2025, con texto completo disponible y escritos en portugués, inglés o español, que abordaran los derechos sexuales y reproductivos o la educación sexual. Los criterios de exclusión comprendieron estudios fuera del período de tiempo, estudios incompletos o aquellos que no abordaran directamente el tema. Después de la selección, nueve artículos cumplieron los criterios y fueron analizados, lo que permitió organizar los hallazgos en tres categorías temáticas: Dificultades en el acceso de las mujeres a los servicios básicos de salud reproductiva; La importancia de la capacitación de enfermeras; El rol de la enfermera en el seguimiento de la planificación reproductiva de las mujeres. Se concluye que la educación sexual desempeña un papel indispensable en el fortalecimiento de la autonomía femenina y en la realización de los derechos sexuales y reproductivos, especialmente en la Atención Primaria, donde la enfermera actúa como agente principal.

Descriptores: Derechos Sexuales y Reprodutivos; Salud Reprodutiva; Salud de la Mujer; Enfermería; Atención Primaria de Salud.



para que assim possa desenvolver um maior controle e autonomia sobre sua saúde⁵.

O papel do enfermeiro em relação ao combate à desinformação é indispensável, devendo este profissional buscar o embasamento das informações em nível científico, certificando-se sempre da veracidade das informações que chegam até ele, e assim orientar a população da maneira correta com as devidas informações e combatendo os mitos sobre tais questões.

A Atenção Primária à Saúde desempenha papel essencial na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, sendo o primeiro ponto de contato com o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, a implementação de estratégias educativas neste cenário é fundamental para combater a desinformação e promover a autonomia sexual e reprodutiva. Estudos recentes evidenciam que a utilização de plataformas digitais, como redes sociais, pode ser eficaz na disseminação de informações sobre saúde sexual entre mulheres, especialmente quando aliada às práticas de educação em saúde adaptadas às realidades locais e culturais. Além disso, a capacitação contínua dos profissionais de saúde é necessária para garantir um atendimento sensível e informado, capaz de atender às necessidades específicas desse público. A integração de ações educativas na Atenção Primária à Saúde contribui para a redução de riscos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, promovendo uma abordagem integral e equitativa para mulheres⁶.

Diante do descrito, este estudo teve como objetivo discutir as ações educativas adotadas pelo enfermeiro voltadas ao combate à desinformação acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres na atenção primária à saúde.

Esta pesquisa visou, como contribuição, desmistificar as desinformações presentes na sociedade acerca desses direitos, possibilitando a implementação de estratégias educativas que favoreçam melhor adesão da sociedade em relação ao tema. Sendo relevante para o desenvolvimento saudável da população e a prevenção de inúmeras doenças que são sexualmente transmissíveis. A presente pesquisa tem relevância científica ao investigar estratégias educativas voltadas para o enfrentamento da desinformação acerca dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres no contexto da atenção primária à saúde. Ao abordar a temática da educação sexual e reprodutiva como instrumento de promoção da saúde, autonomia e equidade de gênero, o estudo contribuiu para o fortalecimento de práticas baseadas em evidências no campo da saúde pública, com foco na prevenção de agravos e na ampliação do acesso à informação qualificada.

Metodologia

Tratou-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, de caráter descritivo e com abordagem qualitativa. A seleção dos materiais foi realizada por meio de buscas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), SciELO, BVS e MEDLINE. Foram utilizados os seguintes descritores para a busca: "Direitos sexuais e reprodutivos", "Saúde

Introdução

Este estudo teve como objeto as estratégias educativas adotadas pelo enfermeiro para o combate à desinformação acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres na atenção primária à saúde.

A ideia de direitos sexuais e reprodutivos teve seu início por volta dos anos 1970, quase no fim do regime militar, com o surgimento de novos movimentos sociais que tinham como pauta etnia, gênero, classe social etc. Essa ideia se deu pelo movimento feminista que trazia consigo a opinião sobre o direito que as mulheres tinham sobre o próprio corpo, que correlacionava com os princípios da liberdade e da autonomia, criando a frase "Nossos corpos nos pertencem". Diante disso, passaram a ser pautas de lutas conhecidas desse movimento: o direito de optar ou não pela concepção, o direito sobre o próprio corpo e o direito ao aborto, sendo também uma luta do feminismo internacional¹.

A saúde sexual e reprodutiva tem sua importância em todos os aspectos da vida de uma mulher, sejam eles culturais, religiosos ou sociais. Dito isso, a definição de direitos sexuais e reprodutivos quanto a poder e recurso se dá pelo poder de tomar decisões apoiado em informações seguras sobre a fecundidade, educação dos filhos, gravidez, saúde ginecológica, atividade sexual e meios de executar as informações anteriores de forma segura¹. O enfermeiro, por sua vez, tem um papel de suma importância na orientação e esclarecimento sobre tais direitos, especialmente o profissional que atua na Atenção Básica ou nas Estratégias de Saúde da Família, pois é por meio dele que a mulher e a população em geral têm acesso a informações seguras e confiáveis sobre tais assuntos. Assuntos esses que podem ser: métodos contraceptivos, planejamento familiar, métodos de contracepção etc².

Atualmente, com o avanço tecnológico, tem-se mais acessibilidade a informações, principalmente em sites e redes sociais; porém, assim como existem muitas informações proveitosas e relevantes para as pessoas, existem também as *fake news* e desinformações sobre diversos tipos de assuntos, incluindo aqueles relacionados à saúde. Neste contexto, é primordial haver extrema atenção sobre os conteúdos acerca da saúde disponíveis na internet, devendo sempre averiguar a fonte da informação antes da apropriação e disseminação do conteúdo³.

A desinformação sobre educação sexual e reprodutiva é definitivamente um problema de saúde pública, tendo em vista o cenário de que a população pode considerar a unidade básica de saúde inapropriada para discutir tais temas devido a tabus que a sociedade impõe, sejam eles religiosos ou culturais. Além do mais, existe a falta de confiança nas instituições de saúde no geral, limitando assim o acesso a uma informação de confiança⁴.

As atividades educativas em relação à educação sexual e reprodutiva são um tanto complexas e difíceis de serem adotadas pela população. Entre as diversas práticas educativas temos rodas de conversa e campanhas de conscientização, nas quais há a necessidade de criar espaços para que a população possa expressar suas dúvidas, realizar perguntas e se sinta acolhida e segura para se expressar,



Reprodutiva”, “Mulheres”, “Enfermeiro” e “Atenção primária à saúde”. Esta revisão integrativa foi conduzida pela seguinte pergunta de pesquisa: “Quais estratégias educativas podem ser adotadas pelo enfermeiro para o combate à desinformação acerca dos direitos sexuais e

Quadro 1. Estratégia PICo. Cabo Frio, RJ, Brasil, 2025

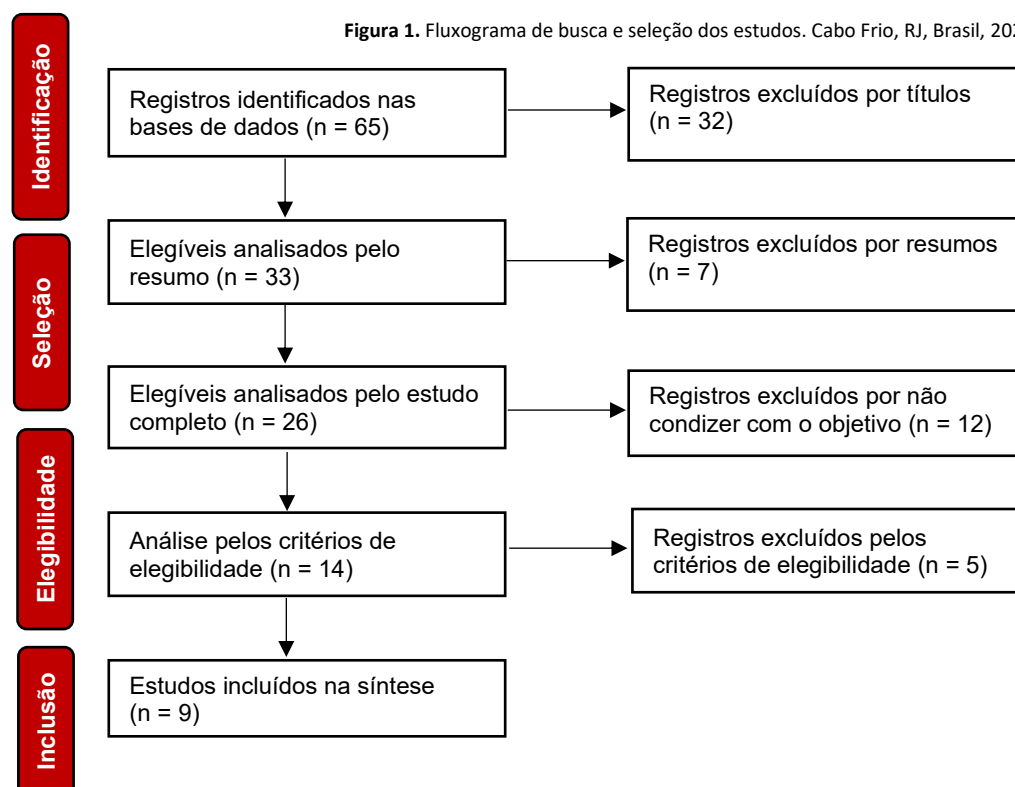
Acrônimo	Definição	Aplicação
P	População, paciente ou problema estudado	Ações educativas adotadas pelo enfermeiro
I	Interesse	Estratégias educativas para o combate à desinformação acerca dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres
Co	Contexto	Atenção primária à saúde

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis nas bases mencionadas, com acesso ao texto completo, escritos em português, inglês ou espanhol, e que abordassem os direitos sexuais e reprodutivos e/ou educação sexual. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os estudos que não abordassem diretamente direitos sexuais e reprodutivos ou educação sexual, bem como artigos considerados muito antigos, fora do recorte temporal estabelecido.

A estratégia de busca e seleção dos estudos foi realizada com base nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), terminologia padronizada e recomendada para pesquisas em saúde, garantindo precisão e uniformidade na recuperação de dados. Assim, para ampliar a abrangência e a sensibilidade da busca, esses termos foram combinados de

forma sistemática, utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR”, conforme a lógica de articulação entre os conceitos: o operador “OR” foi empregado para agrupar termos sinônimos ou relacionados a um mesmo eixo temático, ampliando o escopo de resultados; já o operador “AND” foi utilizado para interligar diferentes eixos conceituais, restringindo os resultados apenas aos materiais que contemplassem todos os elementos centrais da pesquisa. Assim foram construídas combinações como: (“Direitos sexuais e reprodutivos” OR “Saúde Reprodutiva”) AND “Mulheres” AND “Enfermeiro” AND “Atenção primária à saúde”, além de outras variações que cruzaram os descritores de maneiras distintas, visando capturar todas as possíveis formas de indexação dos artigos nas bases de dados.

Figura 1. Fluxograma de busca e seleção dos estudos. Cabo Frio, RJ, Brasil, 2025



O levantamento dos dados aconteceu entre os meses de setembro e outubro de 2025, conforme o

cronograma elaborado. Os estudos selecionados foram agrupados em um quadro para uma melhor visualização dos

resultados. Este instrumento permitiu o agrupamento das informações-chave de cada estudo selecionado, construindo um banco de dados para a etapa final da pesquisa. As informações retiradas dos artigos selecionados que compuseram o quadro foram: título, autores, principais resultados e conclusão. Os dados foram analisados de acordo com a temática, visando melhores estratégias de educação sexual para mulheres em idade reprodutiva e tensionando a importância desta educação.

O processo de seleção dos artigos, nas diretrizes do fluxograma, foi conduzido conforme as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA)⁷, contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos, que iniciou pela etapa de identificação, na qual foram encontrados 65 trabalhos; desses, 32 foram excluídos apenas pela análise dos títulos, por não se alinharem ao tema ou aos critérios gerais da pesquisa, restando 33 materiais para a fase seguinte. Na etapa de seleção, foram feitas a leitura e a avaliação dos resumos desses 33 artigos,

e 7 foram descartados por não apresentarem conteúdo relevante ou adequado ao objetivo do estudo, permanecendo 26 trabalhos que avançaram para a análise após leitura completa dos textos. Nessa etapa, 12 artigos foram excluídos, pois, após avaliação detalhada, verificou-se que não correspondiam ao propósito da investigação ou não atendiam aos requisitos metodológicos estabelecidos, restando 14 materiais que passaram por uma análise baseada em critérios pré-definidos de qualidade, relevância e adequação. Após essa avaliação criteriosa, foram eliminados mais 5 trabalhos, resultando em uma amostra final composta por 9 artigos nas bases de dados LILACS e MEDLINE, selecionados de acordo com a temática e os critérios, os quais cumpriram todos os critérios de inclusão e foram utilizados para embasar a revisão e, posteriormente, divididos em categorias de discussão.

Resultados e Discussão

Os artigos e seu levantamento de dados estão representados no quadro abaixo.

Quadro 2. Classificação analítica dos artigos aplicados nesta revisão, tendo como categorias: autor, título, ano de publicação, objetivos e resultados. Cabo Frio, RJ, Brasil, 2025

Autor	Título	Ano	Objetivos	Resultados
Rodrigues, G.A. et al	Planejamento reprodutivo e inserção de dispositivo intrauterino realizada por médicos e enfermeiras no Brasil	2023	Analisar registros de consultas de planejamento reprodutivo e de inserção de dispositivos intrauterinos realizados por médicos e enfermeiros na atenção primária à saúde.	O artigo identificou que há necessidade de investir na formação de médicos e enfermeiros para a ampliação do acesso de mulheres ao direito à vida sexual e à saúde reprodutiva no país.
Justino, G.B.S. et al.	Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde	2021	Compreender os desafios dos profissionais de saúde na realização de ações de educação sexual e reprodutiva no contexto da atenção primária à saúde.	O estudo mostrou falta de espaços de compartilhamento de vivências e falta de investimentos em recursos humanos e materiais para garantir acesso aos métodos contraceptivos, discussões mais ampliadas e integras sobre direitos sexuais e reprodutivos.
Paula, M.B.M. et al.	Dimensão identitária da mulher rural e a saúde sexual e saúde reprodutiva	2022	Analisar a representação das mulheres rurais no contexto de saúde sexual e reprodutiva.	Foi analisado que a mulher rural tem sua saúde sexual e reprodutiva apagada pelo machismo e pelo conservadorismo que a sociedade impõe a ela, e que há grande necessidade de atenção à saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres.
Pereira, A. K. da S. et al.	Atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva às mulheres: revisão integrativa	2024	Identificar a atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva às mulheres.	Concluiu-se que a atuação do enfermeiro é relevante nesse campo do desenvolvimento de ações educativas sobre planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos.
Borges, A.L.V. et al.	Uso de métodos contraceptivos de emergência entre mulheres atendidas em serviços de Atenção Primária à Saúde em três capitais brasileiras	2021	Analisar o uso de contraceptivos de emergência. Amostra de 2.051 mulheres de 18 a 49 anos, usuárias de 76 Unidades Básicas de Saúde de São Paulo - SP, Aracaju - SE e Cuiabá - MT.	Observou-se que mulheres jovens, mais escolarizadas, que trabalham e não estão em uma união estável usam mais esse tipo de contracepção, e é mais usado por mulheres que não utilizam método contraceptivo.
Silva, D.D. et al.	O impacto da capacitação do enfermeiro na inserção do dispositivo intrauterino de cobre TCu 380 ^a	2022	Relatar a capacitação teórica e prática de enfermeiros na consulta de enfermagem para inserção de DIU.	Obteve-se um aumento no número de inserções de DIU realizadas por enfermeiros na rede de atenção primária, ampliando o acesso de mulheres a esse método contraceptivo.
Pscheidt, E.; Levandowsk, T.	Saúde reprodutiva e autonomia: papel da enfermagem no atendimento de mulheres vulneráveis na atenção primária	2025	Identificar as estratégias dos enfermeiros para promover a autonomia e o planejamento reprodutivo das mulheres, focando na população em situação de vulnerabilidade social.	Percebeu-se a necessidade de capacitar e educar permanentemente os profissionais enfermeiros para que assim possam atuar de forma efetiva e aprimorada no campo do planejamento reprodutivo e da autonomia.

Santos, E.G. et al.	Acesso de mulheres à consulta de enfermagem com ênfase na saúde reprodutiva: revisão integrativa	2023	Reconhecer ações da enfermagem na Atenção Primária à Saúde promovendo a saúde sexual e reprodutiva da mulher.	Mostram que a enfermagem inserida na saúde reprodutiva e sexual da mulher deve estimular a autonomia e liberdade da mulher, prestando-lhe cuidados integrais, promovendo a proteção da saúde por meio da educação, orientação e cuidados à mulher.
Paula M.B.M. et al.	Saúde sexual e reprodutiva de mulheres que vivem no contexto rural: revisão integrativa	2022	Verificar na literatura pontos de vista relacionados à saúde sexual e reprodutiva das mulheres que vivem no contexto rural.	Identificaram-se barreiras geográficas e econômicas que estão relacionadas à acessibilidade quanto aos serviços de saúde, além da desigualdade de gênero que faz com que a violência doméstica interfira na saúde sexual e reprodutiva destas mulheres.

A análise dos artigos permitiu identificar aspectos relevantes e assíduos sobre a importância da educação sexual e os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres na atenção primária, além de trazer pontos importantes sobre o papel que o enfermeiro tem nessas ações. A partir disso, surgiram três categorias temáticas: (1) Dificuldades de acesso das mulheres ao serviço básico de saúde reprodutiva; (2) A importância da capacitação do enfermeiro; e (3) A importância do enfermeiro no acompanhamento do planejamento reprodutivo da mulher.

Dificuldades de acesso das mulheres ao serviço básico de saúde reprodutiva

Nesta categoria descreve-se a dificuldade que a mulher enfrenta ao tentar acesso a serviços básicos de saúde reprodutiva, seja por estigmas sociais, como, por exemplo, o machismo, ou por barreiras econômicas, barreiras geográficas e desigualdade de gênero. O que dificulta ainda mais esse acesso, que é uma necessidade básica em relação à saúde dessa mulher.

No artigo de Paula et al.⁸, aborda-se sobre a vida da mulher de um modo geral no contexto rural, e suas dificuldades em acessar os serviços de saúde, e em que muitas das vezes ela é destituída da sua autonomia e do direito de decidir por si própria, inclusive sobre seu próprio corpo, levando em consideração ainda a questão do machismo e violência doméstica, o que piora ainda mais a chance dessa mulher em acessar os serviços de saúde.

Pode-se considerar como uma das maiores dificuldades desse acesso as barreiras geográficas e socioeconômicas, pois muitas das vezes há uma grande dificuldade dessa mulher em se locomover até as unidades de atendimento, pois se encontram muito distantes e inacessíveis, pensando, claro, no contexto rural, e pensando em uma questão socioeconômica, muitas delas não podem abandonar o serviço do campo para realizar esse cuidado com a sua saúde. Tais dificuldades refletem fortemente na saúde dessa mulher, pois temos como exemplo o exame citopatológico, que é um dos métodos existentes para detecção precoce do câncer do colo do útero; a mulher que tem dificuldades de acesso fica à mercê da incerteza e incapaz de prevenção, diminuindo assim suas chances de cura pela detecção precoce.

No estudo de Paula et al.⁹ apontam-se as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em contexto rural, pois muitas delas fazem jornada tripla de trabalho, como trabalho no campo, trabalhos domésticos e criação solo de

seus filhos. Mesmo que a grande maioria seja casada, os seus companheiros não ajudam na divisão das tarefas e na criação dos filhos; sendo assim, não têm tempo hábil para sequer pensar em si mesmas, pensar em sua saúde como um todo e pensar em sua saúde reprodutiva. Por isso, há uma grande dificuldade socioeconômica dessas mulheres em procurar um serviço de saúde, pois elas não têm uma rede de apoio do seu parceiro, além de muitas sofrerem ainda violência doméstica. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 258 mil mulheres sofreram lesão corporal dolosa em contexto doméstico em 2024¹⁰; isso gera insegurança, medo do parceiro, ter que se esconder se o tal estiver bêbado, além de algumas sofrerem abuso sexual do próprio parceiro, tornando a sexualidade, a seus olhos, perversa e prejudicial, e não como sendo um momento de prazer e diversão. Na grande maioria, a mulher rural se sobressai nessas questões abordadas, principalmente a questão da maternidade, pois a falta de educação sexual a impede de se proteger de uma gravidez, fazendo com que a grande maioria das relações acabe gerando um filho, diferentemente do contexto urbano, onde mulheres urbanas, por maior conhecimento, têm em mente a maternidade não como um processo natural, mas uma opção de escolha. Todas essas temáticas nos mostram a importância de ter um maior olhar para a saúde reprodutiva da mulher, pois faz-se urgente a ampliação da atenção para essa temática, tornando-a igualitária e mais acessível em todos os níveis sociais, devolvendo o direito à saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres.

A importância da capacitação do enfermeiro

Esta categoria aborda o quão importante, e distintiva, é a capacitação profissional do enfermeiro frente às dificuldades enfrentadas na atenção primária referente à saúde da mulher, visto que o seu papel é essencial, principalmente na consulta de enfermagem, onde há a necessidade da escuta qualificada e de saber identificar as necessidades dessa mulher e fazer os planejamentos de enfermagem necessários visando uma implementação de qualidade e efetiva. Estudo¹¹ vem nos dizendo que o enfermeiro tem um grande papel na estimulação da autonomia e liberdade da mulher, e que é vital a prestação de cuidados integrais que promovam e protejam a saúde dessa mulher por meio da educação e orientação em saúde como, por exemplo, o aconselhamento sobre o planejamento familiar, procedimentos clínicos, acompanhamento dessas ações clínicas, além de exercer



funções objetivas e subjetivas que venham garantir a atenção à mulher em relação à sua liberdade sexual e reprodutiva e a proteção de sua saúde como um todo.

Os profissionais incorporados nesse cenário devem ter a competência técnica e conhecimentos culturais para que assim possam prestar orientações e cuidados voltados para a saúde sexual e reprodutiva; porém, a má gestão dos cuidados em saúde pode gerar a falta de conhecimentos e inacessibilidade em relação às opções contraceptivas, acarretando uma certa resistência e aceitabilidade por parte dessas mulheres¹¹.

O papel do profissional se dá também na educação sexual de jovens/ adolescentes. Leite et al.¹² apontam que a intervenção da equipe de enfermagem reduz significativamente a incidência de gravidez na adolescência, além da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Essas ações advêm do contexto da educação sexual e do planejamento familiar, sendo mais uma das muitas atribuições do enfermeiro inserido na atenção primária à saúde.

Outra atribuição importante do enfermeiro está na promoção da saúde e prevenção, atuando preventivamente e identificando necessidades de cuidado nas fases mais iniciais das doenças. A capacitação garante que os profissionais conheçam estratégias mais eficazes de prevenção, como, por exemplo, educação sexual para adolescentes e jovens, o uso dos métodos contraceptivos e suas orientações, aconselhamento sobre práticas sexuais seguras etc¹³.

A saúde sexual e reprodutiva está diretamente relacionada à autonomia e ao bem-estar das mulheres. O enfermeiro capacitado deve ser capaz de oferecer um atendimento integral e humanizado, respeitando as necessidades, desejos e direitos dessa mulher, facilitando assim a escuta ativa e acolhedora, pois, no artigo de Justino et al.¹⁴, aborda-se que muitas mulheres relatam que não se sentem seguras em compartilhar assuntos pessoais com os profissionais de saúde, o que dificulta o tratamento e a resolução dos seus problemas.

Revelando assim que seus conhecimentos devem estar sobressalentes, fazendo-nos questionar a importância de investimentos na educação continuada desse profissional, pois deve existir preocupação por parte dos responsáveis quanto aos conhecimentos sobre as legislações e programas do governo, garantindo assim que o profissional esteja sempre se atualizando quanto às novas informações no mundo da saúde.

A importância do enfermeiro no acompanhamento do planejamento reprodutivo da mulher

Sabe-se que o enfermeiro tem um papel incomparável na promoção e prevenção da saúde, seja ela sexual ou reprodutiva, tendo potencial e competência para assegurar a autonomia feminina ou omitir seus direitos reprodutivos e sexuais. Sendo assim, é indiscutível a relevância da atuação dos enfermeiros no campo de desenvolvimento de ações educativas, acesso a informações sobre planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos e a participação ativa de indivíduos nos

serviços da atenção primária à saúde, para assim reduzir a maioria dos problemas relacionados a esse tema, como ISTs, gravidez indesejada, desinformação etc¹⁵.

A Lei Federal n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, preconiza que o planejamento familiar "[...] é direito de todo o cidadão e se distingue pelo conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal". Dessa maneira, é direito desse homem e dessa mulher escolher o momento mais apropriado para querer ter filhos, garantindo toda assistência necessária¹⁶.

No âmbito da saúde sexual e reprodutiva, os profissionais de saúde devem atuar diretamente no aconselhamento sobre o planejamento familiar, procedimentos e ações clínicas relacionados aos cuidados integrais de saúde. Os enfermeiros, por sua vez, em meio aos profissionais de saúde, devem exercer funções subjetivas e objetivas, assegurando a atenção à mulher, respeitando a sua liberdade sexual e reprodutiva e a proteção da sua saúde. No Brasil, a garantia desses direitos se dá pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e pela Política Nacional dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos que orientam as ações em saúde sexual e reprodutiva¹⁷.

A contracepção é um direito garantido pelas políticas públicas como as citadas acima, e para ser de fato uma escolha consciente é necessário que todos tenham acesso a informações confiáveis e acesso aos métodos contraceptivos disponíveis. Entre os métodos contraceptivos disponíveis no SUS temos: anticoncepcional oral combinado, anticoncepcional injetável combinado (aplicado mensalmente), anticoncepcional injetável de progestágeno (aplicado trimestralmente), pílula de progestágeno isolado, contracepção oral de emergência (popularmente conhecida como pílula do dia seguinte), preservativos internos e externos, implante subdérmico, DIU de cobre e também são oferecidos procedimentos cirúrgicos de laqueadura tubária e vasectomia. De acordo com a Lei n.º 14.443/2022, são critérios para ter acesso aos procedimentos cirúrgicos ter mais de 21 anos de idade e não necessitar da autorização de um cônjuge, e de acordo com a Portaria n.º 405, de 8 de maio de 2023, não é mais obrigatório ter dois filhos ou mais para a realização desse procedimento^{14,17}.

A atuação do enfermeiro no acompanhamento do planejamento reprodutivo da mulher é de grande importância, pois envolve a oferta de orientação técnica qualificada, a promoção de escolhas conscientes e a identificação precoce de necessidades específicas de saúde. Além disso, o enfermeiro fortalece a autonomia feminina ao fornecer informações claras sobre métodos contraceptivos, riscos, benefícios e cuidados contínuos, contribuindo para uma vivência reprodutiva mais segura, saudável e alinhada às escolhas pessoais de cada mulher¹⁸.

Conclusão

A discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Atenção Primária à Saúde evidencia a necessidade urgente de fortalecer estratégias educativas que promovam autonomia, conhecimento e acesso



equitativo aos serviços de saúde. A educação sexual, quando integrada às práticas assistenciais, torna-se um instrumento essencial para a prevenção de agravos, a promoção da saúde e o empoderamento feminino, permitindo que as mulheres tomem decisões seguras e informadas sobre seus corpos e seus projetos reprodutivos. Os resultados analisados ao longo deste trabalho demonstram que a APS desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é o primeiro ponto de contato da população com o sistema de saúde e o espaço mais propício para ações contínuas, acolhedoras e territorializadas. Reconhece-se, portanto, a importância de

profissionais capacitados, especialmente enfermeiros, que atuam na linha de frente, orientando, acolhendo e garantindo que os direitos das mulheres sejam respeitados e efetivados. Dessa forma, conclui-se que a educação sexual não deve ser compreendida apenas como uma estratégia informativa, mas como um recurso transformador capaz de reduzir vulnerabilidades, ampliar o acesso aos direitos e promover a igualdade de gênero. Investir nessa abordagem, dentro da Atenção Primária, significa avançar na construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com a saúde integral da mulher.

Referências

1. Aldana M, Winckler S. Direitos reprodutivos: debates e disputas sobre o direito ao aborto no contexto da redemocratização do Brasil. *Seqüência* (Florianópolis). 2010;30(58):167-84. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2009v30n58p167>
2. Dias AK, Aguiar Pereira R. O papel do enfermeiro na consulta do planejamento da saúde sexual e reprodutiva. *Rev Extensao*. 2022;5(3):130-40. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/4648>
3. Bezerra BA. Informação e desinformação na saúde pública – o contexto das vacinas. *Recima21*. 2022;3(5):e351424. <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i5.1424>
4. Dantas TB, et al. Direitos sexuais e reprodutivos: análise da percepção da população adscrita em uma unidade básica de saúde no Maranhão [monografia]. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão; 2023. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/jspui/bitstream/123456789/2974/1/MONOGRAFIA.pdf>
5. Paiva CCN, et al. Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. *Rev APS*. 2019;22(1):125-39. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16675>
6. Amorim DA, et al. Estratégias para a garantia de direitos sexuais e reprodutivos durante a pandemia de COVID-19 no âmbito da atenção primária à saúde [anais]. In: Mostra de Extensão da Escola Fiocruz Brasília; 2022; Brasília. Brasília: Fiocruz; 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mostraescolafiocruzbsb/471483-estrategias-para-a-garantia-de-direitos-sexuais-e-reprodutivos-durante-a-pandemia-de-covid-19-no-ambito-da-atencao>
7. Paula MBM, et al. Saúde da mulher no contexto rural: desafios e perspectivas. *Rev Saude Rural*. 2022;15(3):45-58.
8. Paula MBM, et al. Dificuldades enfrentadas pelas mulheres em contexto rural. *Rev Estud Rurais*. 2023;12(2):78-91.
9. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP; 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
10. Veloso CEO, Silva GK. O papel do enfermeiro da atenção primária à saúde. *RSV*. 2025;10(1):1-10. <https://doi.org/10.61164/6phx8913>
11. Leite, et al. Intervenção da equipe de enfermagem na redução da gravidez na adolescência. *Rev Enferm Atual*. 2020;89(27):45-52.
12. Rodrigues, et al. Estratégias de prevenção em saúde sexual e reprodutiva. *Rev Saude Colet*. 2023;10(2):112-25.
13. Justino, et al. Percepção das mulheres sobre o acolhimento nos serviços de saúde. *Rev Bras Enferm*. 2021;74(3):e20201234.
14. Pereira AKS, et al. Atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva às mulheres: revisão integrativa. *Rev Foco*. 2024;17(4):e4840. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-044>
15. Brasil. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar [Internet]. Diário Oficial da União. 15 jan 1996 [citado em 31 mai 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm
16. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2004 [citado em 31 mai 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/pnaism>
17. Brasil. Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996 [Internet]. Diário Oficial da União. 5 set 2022 [citado em 20 nov 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14443.htm
18. Silva DD, Costa RC, Oliveira ML, Pinto EA, Gomes HM, Araujo ST, et al. O impacto da capacitação do enfermeiro na inserção do dispositivo intrauterino de cobre TCu 380A. *Enferm Foco*. 2024;15:e-202423. <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-202423>